



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Reunião Ministerial: Um Balanço dos 60 Dias de Governo

Estamos prestes a completar dois meses de Governo. Em pouco tempo, fizemos muito. Agora precisamos fazer muito mais, e mais depressa.

A sociedade brasileira estava farta de esperar. Tratamos, por isso, de dar claro sentido de urgência aos primeiros atos do Governo, que eram também os primeiros atos da democracia que acabávamos de conquistar. Como não pode deixar de ocorrer num regime democrático, pautamos nossa conduta pelo respeito rigoroso à Constituição. Governamos com a Constituição. Essa fiel obediência à Carta Magna nós a demonstramos nitidamente no acato às decisões do Congresso Nacional e do Judiciário. Coube ao Poder Legislativo, aliás, a responsabilidade histórica de examinar, debater e aprovar as medidas iniciais que adotamos.

Governamos em nome da sociedade, para a sociedade, a quem expressei nesta hora o meu vivo agradecimento pela compreensão e apoio que nos tem dado.

Encontramos um País perplexo e descrente diante de um quadro de hiperinflação, estagnação e descontrole financeiro. Projetava-se para este ano uma queda acentuada do produto industrial. Antecipava-se uma corrosão acelerada do poder de

compra dos salários, uma vez que os reajustes se faziam sempre pela inflação do mês anterior, invariavelmente mais baixa do que a do período seguinte. Assistia-se à diminuição dos saldos da balança comercial, devida ao menor dinamismo das exportações e ao aumento especulativo da demanda por produtos importados. Resignava-se o Brasil com a realidade de uma década em que a regra para os países em desenvolvimento foi a deterioração, ao invés do progresso.

As principais causas internas da crise eram conhecidas: a desorganização financeira do setor público, para o qual se previa um déficit operacional de 9% no ano passado; a emissão indiscriminada de moeda para o financiamento desse déficit; o crescimento exponencial dos gastos do Governo com o financiamento da dívida interna; e, finalmente, de parte dos agentes econômicos, uma reação ao quadro vigente que se traduzia em corte nos investimentos e em políticas de preços francamente inflacionárias.

O plano de ajuste econômico que decidimos implementar com vistas à superação dessa realidade tem como meta de curto e médio prazos conciliar o combate à inflação com o menor custo social possível. Tem, no entanto, como finalidade última a retomada do crescimento e a distribuição mais equilibrada da renda em nossa sociedade.

As medidas anunciadas a partir do dia 16 de março atacaram frontalmente as causas da crise. Realizou-se uma reforma financeira que promoveu forte redução na liquidez. Iniciou-se uma reforma administrativa e fiscal em função da qual vamos alcançar um ganho de aproximadamente 10% do PIB, derivado de contenção de 3,5% do PIB nas despesas do Governo Central, 2,5% de alienação de ativos da União e de aumento de 4% do PIB na receita tributária. Implementou-se uma política de rendas destinada a minorar os custos sociais das medidas nas áreas financeira, administrativa e fiscal.

Os resultados positivos do plano são claros. As taxas de inflação reduziram-se drasticamente. Os vários indicadores disponíveis apontam para níveis de elevação próximos de zero. Os salários tiveram seu poder aquisitivo ampliado em razão do conjunto de medidas adotadas. Em março, houve um reajuste

de 72,78%, enquanto a inflação, herdada do período imediatamente anterior à adoção do plano, foi de 44,8%. O aumento dos salários reais comprova-se nitidamente com o crescimento nas vendas dos bens mais importantes para a classe trabalhadora.

Não se pode deixar de levar em conta, porém, que na passagem brusca de uma situação hiperinflacionária para um cenário de preços estáveis, são naturais alguns desajustes nos níveis de produção e emprego entre os vários setores da economia. O Governo cuidou rapidamente de agir objetivando que esses desajustes pudessem ser superados o quanto antes. Tal ação concentrou-se no apoio, consubstanciado na liberação direta e indireta de recursos bloqueados, a quatro setores econômico e socialmente estratégicos: a construção civil, a indústria automobilística, a de máquinas e equipamentos e a agricultura.

O Governo decidiu também autorizar liberações destinadas a amenizar as dificuldades enfrentadas por categorias cuja subsistência dependia de renda proveniente de ativos financeiros. É o caso dos aposentados e idosos, dos doentes submetidos a tratamento médico e dos desempregados.

«Arrancamos definitivamente na direção
de nosso objetivo: a construção
de um País digno.»

Há poucos dias, o Governo teve a oportunidade de anunciar uma nova sistemática de supervisão de preços e também uma significativa alteração de nossa política de importações. Ambas as decisões devem ser vistas como um sinal claro de que, diante do êxito alcançado até agora pelo plano, já estão dadas as condições para as medidas de caráter mais estrutural. Na área do comércio exterior, fica confirmada, na prática, a determinação do Governo de promover uma inserção realmente mais intensa e dinâmica do Brasil na economia internacional. Essa determinação tem implicações óbvias para o que se exige agora de nossa economia em termos de desempenho.

As decisões que tomamos nestes quase dois meses de Governo configuram passo histórico de grande significado. A sociedade brasileira está plenamente engajada no processo. Não haverá recuo possível. Arrancamos definitivamente na direção de nosso objetivo: a construção de um País digno, respeitado, confiante, socialmente justo. Um País que respeite as suas crianças, preserve e defenda seu meio ambiente; um País que trabalhe pela formação de sua juventude, isenta de vícios políticos e químicos.

Antes de passar à segunda parte destas considerações quero reiterar, enfaticamente, a todos os brasileiros o meu apelo no sentido de que evitem o consumo desnecessário. Peço também que continuem a pechinchar, observem atentamente os preços, optando sempre pelo produto mais barato e deixando de comprar o que for excessivamente caro. Agindo dessa maneira, o trabalhador valoriza o seu salário e a sociedade contribuirá decisivamente para o sucesso de um plano que, afinal, é fruto da decisão tomada pelo povo.

A modernização econômica do País não pode prescindir de uma profunda reforma do Estado. Há que se levar a cabo uma reforma que, além de corrigir as distorções mais visíveis da máquina, habilite o Estado a orquestrar uma nova política de desenvolvimento capaz de atender às nossas enormes demandas sociais e de fazer com que o Brasil possa chegar ao século XXI como uma sociedade moderna e justa.

É imperioso dotar o Estado de uma estrutura com mobilidade e flexibilidade tanto para assegurar capacidade reguladora nas áreas mais sensíveis para o desenvolvimento, como para realizar ajustes em momentos de crise.

O Estado brasileiro vinha sofrendo há anos um grave processo de perda de capacidade financeira e de competência gerencial. Em boa medida, o plano econômico já permitiu importante recuperação em termos financeiros. Agora precisamos nos concentrar na crise de gestão que, como causadora do déficit público, incide negativamente no resultado das reformas econômicas, e impede o Estado de cumprir com suas obrigações para

com a população em geral e, em particular, com sua parcela mais sofrida.

Adotamos até o momento medidas de grande significado não só para a recomposição financeira do Estado, mas, sobretudo, para sua recomposição moral aos olhos da sociedade brasileira. A venda de mansões, de apartamentos funcionais e de veículos de representação, a liquidação de numerosos órgãos públicos, a diminuição pela metade do número de ministérios e a redução de pessoal da administração direta representam uma economia global, para este primeiro ano, da ordem de aproximadamente 43 bilhões de cruzeiros. Tal montante seria suficiente para contratar 150 mil professoras de primeiro e segundo grau, por um ano, trabalhando quatro horas por dia, por um salário de mais de 22 mil cruzeiros. Ou, alternativamente, daria para contratar 88 mil médicos, com salário de mais de 38 mil cruzeiros, por quatro horas diárias de trabalho, durante um ano. Daria, ainda, para construir aproximadamente 87 mil casas populares, ao custo de 500 mil cruzeiros cada.

Como se vê, em pouco tempo já são muito expressivos os avanços registrados. Expressivo também é o que se alcançou no esforço de resgate da credibilidade do Estado. Era fundamental, antes de partirmos para transformações mais abrangentes e profundas, reconquistar a confiança não só dos brasileiros, como da comunidade internacional.

É imperativo que passemos imediatamente, com urgência, a buscar resultados concretos que mantenham e acelerem o passo da reforma, impedindo que a mesma seja paralisada ou retardada por interesses corporativos e individualistas. A vontade política do Governo ficou diariamente demonstrada nas medidas iniciais. A população pôde tomar conhecimento delas pelos meios de comunicação, mas precisa, rapidamente, ter a oportunidade de sentir os efeitos diretamente na forma de melhora nos serviços de atendimento e assistência prestados pelo Estado. Os desdobramentos das medidas tomadas para reformar os organismos dirigentes do aparelho estatal devem agora alcançar todas as ramificações do sistema, pois o objetivo primordial de nossa ação é o descamisado, o pé descalço, o brasileiro cansado da pobreza, do abandono e do descaso.

«É fundamental que a reforma
administrativa avance.»

Para que os planos do Governo possam, em seu conjunto, alcançar os objetivos fixados, é fundamental que a reforma administrativa avance. E é isto que acontecerá. Estou, portanto, determinando aos senhores que a reforma seja acelerada, a partir de hoje, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- revisão detalhada das estruturas organizacionais, com vistas a melhorar a produtividade e a eficiência de todas as áreas do setor público, eliminando-se os entraves corporativos e jurisdições burocráticas que dificultam e retardam o processo decisório, ao mesmo tempo em que o tornam menos visível;

- racionalização e redirecionamento dos gastos com pessoal, dando-se ênfase prioritária ao atendimento às necessidades básicas da população;

- estabelecimento de políticas de recursos humanos que privilegiem a elevação do desempenho dos níveis gerenciais de cada setor do Governo e a diminuição do contingente empregado em atividades-meio, que consomem suas energias no círculo vicioso das necessidades geradas pela própria burocracia; e,

- adequação da estrutura de salários do setor público à realidade da economia nacional, com atenção especial para a desconcentração das faixas intermediárias e superiores de remuneração.

Esses são os critérios que devem orientar a reformulação das áreas subordinadas a cada um dos senhores após a redução de pessoal, cujas metas estou agora determinando. O antigo quadro de pessoal do setor público estava estimado em cerca de 1.600.000 funcionários. A partir de agora deveremos proceder a uma redução desse número da ordem de 20 a 25%, mediante dispensas e colocação em disponibilidade de servidores ociosos que não se enquadrem nas exigências de dedicação e operosidade do Brasil Novo. Estou determinando que se proceda imediatamente ao levantamento do impacto dessas medidas nas finanças do setor público, informação que darei a conhecer tão logo sejam completados os cálculos.

O reordenamento das despesas com pessoal, subordinando-as à efetiva capacidade financeira do Estado, é mais um passo na afirmação da vontade política do Governo. Os parâmetros que acabo de anunciar devem ser seguidos pelos Ministros e Secretários como elementos de uma equação da qual devem resultar metas mínimas de desempenho que assegurem aumento da eficiência e da produtividade. Quero ressaltar, uma vez mais, a prioridade máxima que atribuo a que estas melhoras se façam sentir o quanto antes nos setores da saúde, da educação, da seguridade social, dos transportes, da habitação, do saneamento básico e da segurança. São esses os aspectos pelos quais a Nação irá conferir e avaliar o nosso desempenho. Não podemos e não iremos, de maneira nenhuma, falhar.

**«O Governo levará adiante e acelerará
o processo de privatização.»**

Gostaria de dedicar algumas considerações à realidade das empresas estatais. É propósito deste Governo retirar o Estado de atividades onde sua presença já não é necessária, ou onde jamais o foi. O Governo levará adiante e acelerará o processo de privatização de acordo com as linhas do programa aprovado pela sociedade nas eleições e pelo Congresso Nacional. Conduziremos essa tarefa de forma transparente com a participação dos trabalhadores, dos sindicatos e da sociedade em geral. O setor público continuará a atuar apenas nas áreas em que considerações de ordem econômica ou estratégica aconselhem sua permanência. Essa permanência, contudo, não se pode fazer, como vem ocorrendo em muitos casos, às custas do sacrifício do contribuinte e da economia nacional. Verifica-se, por exemplo, que os custos nas empresas públicas são por vezes consideravelmente superiores aos do setor privado. Fica assim prejudicada a competitividade interna e externa dessas empresas, cuja ação onera gravemente as contas do Governo e, portanto, a sociedade.

As empresas do setor público, em grande parte dos casos, têm-se revelado inflexíveis e insensíveis às variações do mercado ao qual devem atender. Esse comportamento precisa ser corrigi-

do, uma vez que no Brasil não existem duas ou mais economias, com lógicas e racionalidades distintas, mas apenas uma — a economia de mercado.

Quero ainda fazer referência a duas distorções que se encontram no âmbito das estatais. A primeira diz respeito ao perfil histórico da atuação dos dirigentes dessas empresas diante das pressões de classe de seus funcionários. Faltou claramente, de parte desses dirigentes, a necessária disposição de evitar concessões e facilidades que pusessem em risco o patrimônio e a vida das empresas que, afinal, são propriedade da Nação como um todo. A segunda grave distorção, cristalizada com o passar do tempo, foi a transformação dos fundos de previdência complementar em verdadeiras *caixas pretas*, das quais saíam privilégios e benefícios rigorosamente injustificáveis, cujo custo acabava por ser coberto pelos cofres públicos. A previdência complementar tem sua importância, inclusive na redução da demanda pelo sistema previdenciário do Governo. Mas é imprescindível que, no caso das entidades vinculadas ao setor público, ocorra um rigoroso saneamento e controle de modo que não caiba à sociedade arcar com seus custos.

Senhores Ministros, Senhores Secretários, Senhores Líderes no Congresso,

O setor público não existe para proteger a ineficiência ou para acobertar privilégios corporativos, mas sim, sobretudo em países como o Brasil, para promover a competência e atenuar as distorções decorrentes de uma realidade ainda dominada pelos privilégios econômicos e sociais. Essa é a missão cotidiana do Estado numa sociedade constrangida pela pobreza, pela fome, pela marginalidade. Mas a função maior do Estado vai muito além da tarefa de minorar o sofrimento diário do cidadão. A função maior do Estado é a superação definitiva desse quadro.

Devemos, portanto, governar com os olhos postos tanto no hoje, como no amanhã. Num momento da história mundial em que os homens parecem ter conseguido acelerar o curso do tempo no rumo da universalização da democracia e da consolidação da paz, é claro o desafio que se coloca aos brasileiros em geral, e em particular aos seus governantes e dirigentes, de encurtar a distância que nos separa da hora em que iremos finalmente rea-

lizar a justa aspiração de integrarmos não apenas a comunidade dos povos livres, mas também o concerto das nações socialmente desenvolvidas.

Que Deus continue a nos ajudar!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião ministerial realizada no Palácio
do Planalto no dia 9 de maio de 1990.*